

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História



COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE:
Um estudo comparativo dos casos argentino e brasileiro
(1983 - 2014)

BRASÍLIA

2017

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História



COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE:
Um estudo comparativo dos casos argentino e brasileiro
(1983 - 2014)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília como requisito
para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

BRASÍLIA
2017

Ficha catalográfica

FONSECA, Andersson dos Santos. COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE: um estudo comparativo dos casos argentino e brasileiro. (1983 – 2014). Monografia (TCC em História) UnB, IH, HIS, Brasília, 2017.

1. História - Comissões Nacionais da Verdade. 2. Argentina. Brasil. 3. Justiça de Transição. 4. Verdade e Memória. 5. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a. Ione de Fátima Oliveira (Departamento de História)

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa (Departamento de História)

Data da Defesa: 11 de Dezembro

BRASÍLIA

2017

RESUMO

O objetivo desta monografia é examinar por meio de uma aproximação comparativa a aplicação da Justiça de Transição em torno dos trabalhos realizados pelas Comissões Nacionais da Verdade na América do Sul, especificamente nos casos da Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas (CONADEP), na Argentina e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no Brasil. Reporta-se, de forma breve, os processos históricos, particularmente as conjunturas políticas, desses países que resultaram em uma quebra dos respectivos regimes democráticos. Além de considerar o impacto das comissões da verdade como uma dimensão da Justiça de Transição para a consolidação democrática nos dois países, analisa-se algumas das mais marcantes diferenças nos processos históricos em apreço, como é o caso das distintas leis de anistia, as quais suscitam diferentes interpretações jurídicas e controversas questões relacionadas aos caminhos trilhados por aqueles países na condução de suas sociedades à democracia. É Abordado também a construção da memória e efetivação da justiça às vítimas das ditaduras. A pergunta norteadora da pesquisa é: quais as diferenças fundamentais entre os processos de concretização das comissões nacionais da verdade na Argentina e no Brasil? A abordagem do tema ancora-se em fontes bibliográficas e em documentos das instâncias oficiais no âmbito da aplicação da Justiça de Transição nos países em foco.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina, Brasil, Comissão Nacional da Verdade, Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas, CNV, CONADEP, Justiça de Transição.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to examine, through a comparative approach, the application of the Transition Justice around the work carried out by the National Truth Commissions in South America, specifically in the cases of the National Commission on the Disappearance of Persons (CONADEP) in Argentina and the National Truth Commission (CNV) in Brazil. It briefly reports on the historical processes, particularly the political conjunctures, of those countries which have resulted in a breakdown of their respective democratic regimes. In addition to considering the impact of truth commissions as a Transitional Justice dimension for democratic consolidation in both countries, some of the most striking differences in the historical processes under consideration are analyzed, such as the different amnesty laws, which raise different legal interpretations and controversial issues related to the paths taken by those countries in the conduct of their societies to democracy. The construction of memory and the realization of justice for the victims of dictatorships is also addressed. The guiding question of the research is: what are the fundamental differences between the processes of realization of the national truth commissions in Argentina and Brazil? The approach of the subject is anchored in bibliographic sources and documents of the official instances in the scope of the application of Transition Justice in the countries in focus.

KEY WORDS: Argentina, Brazil, National Commission of Truth, National Commission on the Disappearance of Persons, CNV, CONADEP, Transitional Justice.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 08 |
| CAPÍTULO 1- JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E COMISSÃO DA VERDADE: BREVE HISTÓRICO | |
| 1 1. Justiça de Transição e seu emprego na Argentina e no Brasil..... | 11 |
| 1.2. Comissão da Verdade: panorama internacional | 20 |
| CAPÍTULO 2 – COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE DA ARGENTINA E DO BRASIL | |
| 2.1. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas da Argentina | 23 |
| 2.2 – Comissão Nacional da Verdade do Brasil..... | 29 |
| CAPÍTULO 3 - SIMILARIDADES E DESSEMELHANÇAS ENTRE AS COMISSÕES DA VERDADE NA ARGENTINA E NO BRASIL | 35 |
| OBSERVAÇÕES FINAIS | 37 |
| FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 41 |
| DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE | 47 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura realizar uma abordagem comparativa entre os trabalhos desenvolvidos pelas comissões nacionais da verdade do Brasil e da Argentina, nomeadamente Comissão Nacional da Verdade (CNV), e Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas, (CONADEP), respectivamente. Para tanto, faz-se um breve histórico dos contextos políticos dos períodos de ditadura militar nos países em foco até a criação e o fomento das suas comissões da verdade.

Comissões da verdade inserem-se nos meandros de mecanismos e estratégias para enfrentar o legado de violência e desconsideração aos direitos humanos e efetivar o direito à memória e à verdade; possibilitar a transição e fortalecimento de instituições com valores democráticos com vistas a garantir a não repetição das atrocidades dos regimes ditatoriais e assemelhados¹.

Assim, Justiça de Transição vem a ser um instrumento caracterizado pelo desafio de efetivar uma ruptura com todos os níveis autoritários do passado e os desafios em firmar a punição dos crimes, realizar investigação sobre mortos e desaparecidos e atribuir responsabilidades como forma de combate a esse estado de coisas com vistas a não repetição das graves violações aos direitos humanos. Além disso, a Justiça de Transição tem como uma das suas dimensões políticas a construção da memória das vítimas no processo de desrespeito aos direitos humanos. O legado construído com os usos da memória dentro das instituições democráticas reflete em maior ou menor grau como cada país enfrenta e discute seu passado.

É necessário que compreendamos as diversas forças políticas envolvidas neste processo que gira em torno do retorno das instituições democráticas, das leis de anistia e o julgamento e a condenação dos agentes nele incluídos.

Para alcançar o objetivo proposto, estudo de caso comparativo das comissões da verdade dos processos de transição argentino e brasileiro, adotou-se os requisitos fundamentais apontados por Marc Bloch para o campo da História Comparada mencionados por José D'Assunção Barros (2007), quais sejam, identificar e comparar a semelhança e a diferença,

¹ Este conceito está de acordo com o report secretary general do conselho de segurança da ONU. The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. Report Secretary-General? S/2004/616, citado por Inês Virginia soares JUSTÇA DE TRANSIÇÃO. In: **DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS**, 07/04/2010. Acesso em 26 de outubro de 2017.

“similaridade dos fatos e certas dessemelhanças nos ambientes em que essa similaridade ocorre.” (BLOCH, 1963 apud BARROS, 2007, P. 300). Igualmente, enveredou-se por um dos caminhos da História Comparada apontados por Bloch (BLOCH, 1963 apud BARROS, 2007), o da comparação de sociedades com certa contiguidade espacial e temporal; no presente caso, entre realidades nacionais.

Para os procedimentos metodológicos, coleta de dados e informações e análise dos mesmos, formulou-se uma pergunta norteadora da pesquisa: quais as diferenças fundamentais entre os processos de concretização das comissões nacionais da verdade na Argentina e no Brasil? Quanto às fontes, a abordagem do tema ancora-se em fontes bibliográficas e em documentos das instâncias oficiais no âmbito da aplicação da Justiça de Transição nos países em foco. Para tanto, foram utilizadas fontes na WEB, fez-se levantamento de dados em sites oficiais e levantamento bibliográfico em bibliotecas físicas e na Internet.

Quanto ao plano da obra, primeiramente fez-se uma breve introdução acerca do surgimento da Justiça de Transição e seus aparatos institucionais necessários para a consolidação de um regime democrático de direito.

Em segundo lugar buscou-se analisar especificamente a Comissão Nacional da Verdade da Argentina. Esboçou-se um panorama das circunstâncias históricas do período que vai da tomada do poder pelos militares e seu abuso quanto aos direitos humanos, até a consolidação do regime democrático no país e a constituição de uma comissão da verdade como forma de investigar, punir e compensar financeiramente os que sofreram durante a Ditadura Militar Argentina. Abordou-se os esforços para que não venha a ocorrer à repetição das graves violações aos direitos humanos; assim como, a constituição de uma memória histórica relativa a este período como forma de reconciliação, com destaque à efetivação do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instâncias de valores democráticos para criar condições de não repetição de crimes tais como ocorreram no período de exceção.

Em terceiro lugar observou-se a Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Traçou-se um breve histórico sobre a ruptura democrática no governo de João Goulart e a instauração de uma ditadura que perdurou de 1964 a 1985, perfazendo vinte e um anos de regime de exceção, o qual só chegou ao fim depois de um longo processo de abertura ‘lenta gradual e segura’, e com uma lei de anistia que perdoou tanto as vítimas quanto os agentes responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos durante o período da Ditadura Militar.

Desta forma, procurou-se analisar um possível legado deixado por estas comissões no contexto histórico. Pretende-se com isso, poder colaborar para uma reflexão sobre o conhecimento e contribuição destas comissões dentro da ordem social e política na América

Latina, sobre o papel que os governos democráticos exercem nesta conjuntura histórica de transição e redemocratização; assim como identificar possíveis resquícios que permanecem no contexto social dos respectivos países.

CAPÍTULO I - JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E COMISSÃO DA VERDADE: BREVE HISTÓRICO

1.1. Justiça de Transição e seu emprego na Argentina e no Brasil

O conceito de Justiça de Transição pode ser compreendido como um esforço conjunto das instituições democráticas num determinado país para a construção e manutenção da paz, procurando garantir e assegurar os direitos e deveres dos diversos agentes públicos e jurídicos que possibilitem que estes atuem de forma a evitar repetição das graves violações aos direitos humanos praticadas no passado autoritário de determinada sociedade.

Não somente nos países em tela mas praticamente em toda a América Latina, o fenômeno da Justiça de Transição é identificável como uma modalidade de justiça que surgiu como resposta às graves violações aos direitos humanos no período pós-ditaduras que acometeram a região na segunda metade do século XX. Durante as décadas de 80 e 90, com a reestruturação da geopolítica mundial em decorrência dos eventos na Europa (queda do Muro de Berlim, derrocada da URSS) e fim da Guerra Fria, assim como o processo de redemocratização de vários países na América Latina, evidenciou-se uma preocupação com os conceitos ligados a liberdade, igualdade e justiça no mundo ocidental. Assim, os governos passaram a atuar de forma que seu tratamento dispensado para com os seus cidadãos estivesse em consonância com o comprometimento de assegurar a manutenção dos direitos humanos na afirmação de um estado de direito.

A justiça de transição pode ser englobada em quatro categorias, quais sejam: 1) assegurar a garantia dos direitos à memória, à verdade e à justiça; 2) o fortalecimento das instituições democráticas para coibir as graves violações aos direitos humanos; 3) a reparação às vítimas que sofreram violações aos direitos humanos; e 4) a responsabilização dos agentes envolvidos nas violações². Desta maneira, buscar-se-ia garantir a efetividade das instituições, como forma de combater a perpetuação das graves violações aos direitos humanos que possam ter permanecido do período anterior à transição para a democracia dentro das instituições democráticas.

² Idem.

O conceito de Justiça de Transição não é novo. Ele surge no fim da Segunda Guerra Mundial, tendo expressão nos julgamentos dos processos de Nuremberg e da redemocratização da Alemanha Ocidental. Sua efetivação de maneira prática intensificou-se nas últimas décadas do século XX. A Justiça de Transição insere-se numa série de circunstâncias específicas inerentes à realidade de cada país, de forma que sua efetivação manifesta-se de maneiras heterogêneas. Ilustrativamente citam-se os casos brasileiro e argentino, dois exemplos relativamente diferentes de processos de estado de exceção, uma vez que, por exemplo, na Argentina fez-se opção muito mais pelo sumiço das vítimas e no Brasil priorizou-se mais a tortura. Com isso, a diferença dos números de mortos e desaparecidos entre os dois países é exponencial, o que proporciona cenários bem distintos para a efetivação das aludidas quatro categorias da Justiça de Transição.

No caso argentino, o número total de mortos ultrapassa os 30 mil, e na ditadura brasileira, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, 434 pessoas foram mortas pela Ditadura Militar. No caso brasileiro, por exemplo, o principal argumento norteador para o não prosseguimento de denúncia julgamento e condenação dos agentes envolvidos nas graves violações dos direitos humanos é a Lei nº 6.883 de 1979, conhecida por Lei de Anistia, promulgada pelo então presidente militar João Baptista Figueiredo, que impossibilitou o julgamento e a condenação dos agentes envolvidos nas graves violações aos direitos humanos. Com a consolidação das estruturas e instituições democráticas, as mesmas não foram capazes de quebrar o paradigma da lei de anistia brasileira.

O movimento de anistia política era defendido por grande parcela da sociedade civil que acabou, em parte, conseguindo a abertura política para a democracia, porém a mesma não tenha sido debatida dentro da forma como foi apresentada, sendo limitada conforme atesta Roberta Camineiro Baggio:

Nesse contexto complexo foi aprovada a Lei de Anistia 6683/79, que, ao contrário do que a mobilização social pretendia, não foi uma lei ampla, geral e irrestrita, uma vez que o projeto vencedor foi o defendido pelos congressistas apoiadores do regime e não pela oposição, que perdeu a votação por apenas cinco votos. A participação dos chamados senadores biônicos (indicados pelo regime sem qualquer submissão ao sufrágio eleitoral) foi, inclusive, decisiva para a obtenção do resultado. De todo modo, a Lei de Anistia abriu caminhos para a transição brasileira, que, mesmo diante de todas as dificuldades de um regime que ainda agonizava, impulsionou outras lutas importantes para a democratização do país, como a campanha pelas “Diretas já” que reivindicava a realização de eleições diretas para a escolha do presidente da República (BAGGIO, 2011, p.260-261).

No Brasil, o judiciário relegou ao legislativo a competência para a declaração da inconstitucionalidade da Lei de Anistia. Em contraste com o caso brasileiro, na Argentina, no ano de 2005, por exemplo, o Congresso do país, além da Corte Suprema de Justiça, considerou inconstitucional a Lei 23.492, conhecida por Lei do Ponto Final (Lei de Anistia), promulgada pelo presidente Raúl Alfonsín em 24 de dezembro de 1986. Assim, foi possível reabrir os casos relacionados às graves violações aos direitos humanos naquele país.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos já criticou a lei de anistia brasileira em 2010, e a posição do Supremo Tribunal Federal³ brasileiro que vai em contramão com as leis internacionais e tratados internacionais assinados e compromissados pelo Brasil. Assim, o Brasil atua em um contexto de interpretação da lei de anistia em desacordo com as leis internacionais das quais ele é signatário⁴.

Quanto à funcionalidade da Justiça de Transição, observa-se que a mesma não ocorre de maneira sistemática e cronológica, mas sim obedecendo a uma conjuntura política e social inerente a cada país que passou por violações aos direitos humanos.

Em relação às comissões da verdade, constata-se que as mesmas, como um mecanismo de reparação que busca a verdade e estabelecimento de memória, surgem no âmbito da Justiça de Transição, com o objetivo de investigar os distúrbios de natureza política e social que resultaram ou não em uma quebra com o antigo sistema repressivo, e, ao final de seus trabalhos, emitem um relatório final no qual é possível identificar uma conclusão acerca desses elementos autoritários e se os mesmos persistem ou não; assim como, faz recomendações necessárias para evitar a repetição destes elementos violadores dos direitos humanos e prevenir uma repetição em seus respectivos países (POLITI, 2009).

Compreendendo que para o estabelecimento de uma democracia plena o estado não lida somente com questões internas dentro do ordenamento jurídico de suas leis, mas deve encontrar-se intrinsecamente vinculado com o pensamento dentro do âmbito da Justiça de

³ O STF na sentença proferida em 29 de abril de 2010 considerou improcedente a revisão da lei de anistia (Lei nº 6683/79). Por sete votos a dois no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153). **STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>> Acesso em 30 de novembro de 2017.

⁴ A decisão proferida pela corte interamericana de direitos humanos no dia 24 de novembro de 2010, condenou o Estado brasileiro como o principal responsável pelo desaparecimento forçado, pelas mortes e torturas durante o período ditatorial. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Sentença no caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas)**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/sentencas-da-corte-interamericana/sentenca-araguaia-24.11.10-1>>. Acesso em 28 de Novembro de 2017.

Transição, a qual deve ser entendido como um ente de ações como o perdão e a memória dos sujeitos políticos, do qual pressupõe um trilhar rumo a uma (re)conciliação, como nos lembra Bellato:

A Justiça de Transição transcorre em contexto temporal, político, social e cultural. De acordo com essa Justiça o perdão é o resultado de um processo restaurativo. Com linguagem própria, capaz de liberar a memória para o esquecimento consentido, para, enfim, promover a Reconciliação mediante a promessa de não repetição (BELLATO, 2014, p.29).

As medidas referentes ao período de transição, como já aludidos diferem de país para país na correlação direta com a conjuntura histórica de cada um e de como eventos traumáticos se encerram dando lugar a novos regimes democráticos. Bellato (2014) observa que é necessário compreendermos que a Justiça de Transição opera em um tempo diferente dentro do campo dos direitos humanos e do tempo do campo jurídico. Ainda segundo Bellato,

A adoção dos mecanismos da Justiça de Transição depende de vários fatores. A história de cada Estado envolvido no conflito, a cultura, a duração do conflito, o contexto internacional no período de transição são fatores que interferem decisivamente na aplicação da justiça de transição (BELLATO, 2014, p.22).

Após o retorno da democracia no Brasil, o país teve três presidentes da república, José Sarney (1985- 1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), que não tomaram nenhuma providência consonante à Justiça de Transição. Apenas na quarta presidência, precisamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003), medidas foram tomadas com relação a uma resposta do Estado brasileiro em direção ao comprometimento do Estado em refletir acerca dos mecanismos e estratégias para a consolidação da democracia.

Destaca-se neste sentido o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), criado pelo Brasil com base em seu artigo nº 84 da Constituição Federal de 1988. O Brasil lançou três programas de Direitos Humanos, os dois primeiros vieram à lume durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e o terceiro e mais recente pelo presidente Luiz Inácio

Lula da Silva. O programa possui como objetivos uma série de diretrizes agindo em consonância em torno da promoção dos direitos humanos no Brasil.

O primeiro Plano Nacional de Direito Humanos (PNDH) foi instituído em 13 de maio de 1996, durante o primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que procurava trazer um diagnóstico quanto a defesa e a promoção de medidas protetivas por parte do estado brasileiro quanto aos direitos humanos, a observância, a defesa a seus direitos, a redução de condutas discriminatórias, contra minorias como negros, índios, homossexuais, e na identificação de problemas que silenciaram a maior participação para a plena realização do exercício da cidadania dos brasileiros (MORAES, 2014, p.295).

No final de seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou pelo decreto n.º 4229 de maio de 2002, o segundo PNDH, com o objetivo de dar continuação à promoção dos direitos humanos. Nesse segundo programa de acordo com MORAES, ratificou-se as diretrizes das ações de medidas da preservação e assecuramento dos direitos humanos por parte do estado brasileiro e estabeleceu-se as diretrizes necessárias à sua plena realização e garantia de um conjunto de direitos aos cidadãos brasileiros, sendo estes civis, culturais e econômicos. O PNDH, além da observância da garantia, preservação e combate de eventuais retrocessos, previa ações de políticas públicas que pudessem ser tomadas para a manutenção e prestação de serviços que garantissem a plena realização do exercício da cidadania nos campos sociais para os indivíduos. (MORAES, 2014, p.295).

O PNDH 3, aprovado pelo decreto n.º 7037 de 21 de dezembro de 2009, no segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, objetiva seguir as diretrizes fundamentais dos outros planos com a interação a ser efetuada entre a sociedade civil e o Estado brasileiro. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, (SDH),

A terceira, e versão do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 dá continuidade ao processo histórico de consolidação das orientações para concretizar a promoção e defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Avança incorporando a transversalidade nas diretrizes e nos objetivos estratégicos propostos, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos (SDH. DIREITOS PARA TODOS. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, s, d).

Em 2009, o PNDH 3 estava estruturado em “seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos que incorporam ou refletem os 7 eixos, as 36 diretrizes

e as 700 resoluções da 11ª CNDH.” (SDH. DIREITOS PARA TODOS. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. WEB).

Ademais, o Programa

tem ainda, como alicerce de sua construção, as resoluções das Conferências Nacionais temáticas, os Planos e Programas do governo federal, os Tratados internacionais ratificado pelo Estado brasileiro e as Recomendações dos Comitês de Monitoramento de Tratados da ONU e dos Relatores especiais (SDH, Op Cit.).

O PNDH 3 nem sempre foi bem acolhido por setores da sociedade civil, como se depreende de um comentário do então ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos:

Convidado para a aula inaugural do ano letivo da EPSJV/fiocruz em 2010, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuch, comentou a oposição da mídia comercial ao PNDH 3 e afirmou que de fato há programas que fazem campanhas contra os direitos humanos (PNDH-3: recuos diante da mídia. In Blog do Miro, 20/06/2010. Web).

De acordo com os objetivos estratégicos do PNDH III, objetivam-se a ampliação e o controle externo dos órgãos públicos por meio de ouvidorias, monitorar os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, realizar conferências periódicas sobre a temática, fortalecer e apoiar a criação de conselhos nacional, distrital, estaduais e municipais de Direitos Humanos, garantindo-lhes eficiência, autonomia e independência são algumas das formas de assegurar o aperfeiçoamento das políticas públicas por meio de diálogo, de mecanismos de cooperação entre a sociedade e o Estado. (PNDH - 3, 2010). Entre outras recomendações de destaque deste programa encontravam-se o término do emprego de registros policiais como “autos de Resistência” ou “auto de resistência seguida de morte”, que é a classificação pela polícia do uso da força policial que acaba em morte por uma suposta resistência dos suspeitos nas abordagens policiais. A criação de ouvidorias independentes de policias pelos estados mais o Distrito Federal, incluindo entes da sociedade civil em seu corpo.

A Secretaria de Direitos Humanos funcionou primeiramente como órgão da presidência da república. Posteriormente assumiu o status de ministério resguardando o

mesmo objetivo de atuar no âmbito da defesa e da promoção dos direitos humanos em torno de uma agenda permanente para o país.

O Brasil acabou por adotar uma política com relação a ótica dos direitos humanos de forma lenta, a Lei de Anistia nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, não fora revogada e o estado brasileiro demorou para reconhecer as graves violações produzidas durante a Ditadura Militar, em muitos casos ainda descumpra a Convenção de 1969 realizada na Costa Rica, mais conhecida por Convenção de San José⁵.

Os militares brasileiros conseguiram uma saída advinda pela Lei da Anistia, de forma a ficarem impunes das violações cometidas por estes. No âmbito do direito nacional e do internacional, este debate produz uma grande discussão: o Brasil, ao ratificar a convenção de San José e não cumpri-la, acaba produzindo uma distorção jurídica que como um período temporal muito distante ainda não condenou os agentes do Estado por violações, no qual acaba produzindo um esquecimento forçado dentro da esfera da Justiça com a não revogação da Lei de Anistia, com o argumento de que esta não pode ser revogada dado a sua importância para o retorno à democracia.

No ano de 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Lei nº 10.559, que criou a Comissão de Anistia no âmbito do Ministério da Justiça, que de acordo com a referida lei possuía “a finalidade de examinar os requerimentos de reparação econômica, de caráter indenizatório, aos anistiados políticos que sofreram prejuízos em razão de perseguições políticas, no período de 1946 a 1988”. A atuação da Comissão de Anistia contribuiu de forma positiva porém tardia na indenização de vítimas. De acordo com Bellato,

Da instalação, fevereiro de 2001 até 31/12/2002, a Comissão recebeu 16.733 processos e destes 2284 foram julgados sendo 1911 deferidos. No primeiro regimento da Comissão de Anistia não estava prevista a sustentação oral durante as sessões. Sem a participação oral dos requerentes o Conselho perdia a oportunidade de dar voz ao processo escrito e funcionava como órgão de reparação semelhante à justiça civil (BELLATO, 2014, p.85).

⁵ O Brasil se tornou signatário do Pacto da Convenção de San José com a sua promulgação por meio do decreto nº 678, em 1992, no governo de Fernando Henrique Cardoso, não obstante no referido decreto, não reconhece os artigos 43 e 48, alínea d, do qual visitas e inspeções da CIDH, quanto a violação de direitos humanos, consagrados pela convenção dependem da autorização do estado brasileiro. **BRASIL. Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

Diferentemente do Brasil, a Argentina conseguiu logo ao fim da ditadura em seu país revogar a anistia instituída pelos militares, como já dito. No contexto argentino, a aventura da Guerra das Malvinas (02/04/1982-14/06/1982) provocou grandes perdas a ditadura, tanto de simpatia por parte de setores apoiadores da ditadura e principalmente do controle sobre a condução desta. Ao sair derrotada do conflito contra a Inglaterra, a Ditadura enfraqueceu-se, e nos meses subsequentes o país vivenciou sua queda e o retorno da democracia. Desta maneira, podemos identificar duas nuances opostas sob a ótica das ditaduras na América Latina ao que reporta ao Brasil e à Argentina. De acordo com Abraão e Torelly,

comparando o caso brasileiro ao caso argentino destaca pelo menos três distinções-chave que importam em diferentes conformações políticas para a realização de julgamentos por violações aos Direitos Humanos durante os regimes de exceção. Iniciando pelo já referido fato de o (i) regime brasileiro ter controle sobre a agenda política da transição, diferentemente do que ocorreu na Argentina, com a derrota militar dos ditadores na Guerra das Malvinas/Falkland; somando-se à questão (ii) da maior densidade de reivindicação social sobre o tema na Argentina que no Brasil e, por fim; (iii) do maior lapso de tempo transcorrido entre as violações mais graves e o restabelecimento democrático no Brasil” (ABRÃO; TORELLY, 2011, p.238).

Os casos da Argentina e do Brasil consubstanciam o entendimento de que a Justiça de Transição entendida como um elemento norteador da promoção do ambiente democrático, acontece na correlação direta de um conjunto de fatores, com o engajamento da sociedade civil para o cumprimento e punição dos envolvidos. Assim é que a Argentina conseguiu logo ao fim da ditadura, a ruptura com a lei de anistia dos ditadores devido à participação da sociedade civil que cobrava a responsabilização do Estado pelas mortes, torturas e desaparecimentos forçados.

No Brasil, apesar de sua sociedade civil também responsabilizar o Estado pelas graves violações, durante o longo processo da abertura para a democracia mais da metade da população brasileira não possui uma relação direta com a ditadura (Bellato, 2014), e as reivindicações em prol de justiça não ecoaram forte o suficiente para modificar a lei de anistia. Assim como a memória acerca deste período não conseguiu abranger todas as camadas sociais. Brasil e Argentina também diferem pela jurisdição adotada nos seus estados democráticos de direitos, particularmente devido ao fato de o Brasil insistir em não revogar a lei de Anistia de 1979, instituída pela ditadura, e a Argentina por conseguir reverter a lei de anistia dos militares logo após o surgimento da democracia.

Compreendendo que a Lei de Anistia brasileira foi elaborada em torno de um acordo político que contou com o respaldo jurídico, desta maneira resultou num procedimento negativo quanto a punição subsequente dos agentes militares envolvidos. Em contramão das medidas necessárias para a não repetição das graves violações aos direitos humanos. Ao Brasil ainda cabe ultrapassar barreiras políticas para a efetiva sistematização da Justiça de Transição e suas medidas dentro do respaldo aos direitos humanos.

A ‘instalação’ da Justiça de Transição nos países acometidos por ditaduras, obedece assim uma lógica social, dentro da esfera da sociedade civil, particularmente no âmbito cultural, quanto a construção de uma memória com relação aos traumas perpassados neste período de ruptura democrática, período ditatorial e retorno da democracia no país afetado. A transição da ditadura à democracia está condicionada por diversos fatores, desde o econômico, como, por exemplo, a tentativa de manter privilégios econômicos dentro da ótica dos principais responsáveis por ganharem com a ditadura, até a dimensão internacional das políticas públicas relacionadas às escolhas feitas pelos países de aderirem ou não às convenções e tratados internacionais e, uma vez signatários destes mecanismos acatarem ou não suas determinações.

1.2. Comissão da Verdade: panorama internacional

De acordo com a ‘Cartilha: A Comissão da Verdade no Brasil’, constituem uma Comissão da Verdade “mecanismos oficiais de apuração de abusos e violações dos Direitos Humanos e vêm sendo amplamente utilizadas no mundo como uma forma de esclarecer o passado histórico”. Sempre funcionando como organismos temporários na análise das graves violações aos direitos humanos, as comissões da verdade, de acordo com a mencionada cartilha têm como missão oficial:

a produção de um relatório que permita à sociedade o conhecimento dos detalhes do regime que oprimiu e violou, assim como apresentam recomendações que visam aprimorar as instituições do Estado, notadamente aquelas que lidam com a segurança pública, e contribuir para uma política definitiva de não repetição (POLITI, 2009, p.8).

Podemos notar ao longo do século XX uma série de comissões criadas nos mais diversos pontos do globo como forma de apurar as graves violações relacionadas às ditaduras, guerras civis, conflitos armados, genocídios, governos autoritários e governos democráticos que não tomaram medidas necessárias para a não perpetuação das graves violações aos direitos humanos. As comissões podem analisar desde grandes eventos e períodos das graves violações aos direitos humanos, como também pequenos intervalos de tempo que produziram violências contra minorias étnicas ou religiosas.

Dentre as diversas comissões que podemos citar como parte importante deste vasto conteúdo que são as comissões da verdade, destacamos as seguintes. A primeira Comissão da Verdade é do ano de 1974, constituída em Uganda. Esse país sofreu durante uma ditadura militar comandada pelo governo do militar Idi Amin Dada que tomou o poder no ano de 1971, governando o país de 1971 a 1979 após aplicar um golpe de Estado que derrubou o então presidente Milton Obote, este também, por sua vez, acusado de infringir os direitos civis e suspender a constituição além de prender membros do congresso com o apoio do militar Idi Amin. Em Uganda, a Comissão recebeu o nome de “Comissão de Inquérito sobre o Desaparecimento de Pessoas em Uganda, 1974”, curiosamente criada pelo próprio Idi Amin, quando este passou a sofrer fortes críticas ao seu governo ao longo do ano de 1974. Infelizmente

a comissão teve um período muito curto de duração e produziu um relatório final no qual acusava o governo de Idi Amin de provocar graves violações aos direitos humanos, mortes, sequestros e torturas. O relatório final produzido por esta primeira comissão da verdade entregue para o presidente Idi foi recolhido e jamais publicado em seu governo. Posteriormente, uma segunda comissão da verdade foi instaurada anos depois, em 1986, como forma de investigar o período de governo de Idi Amin Dada entre os anos de 1971- 1979⁶.

A criação de diversas comissões pode ser observada no século passado e a subsequente e necessária investigação dos crimes contra a humanidade, assim como, devem ser observados a implementação (ou não) de instrumentos jurídicos voltados para a coibição da não repetição das graves violações aos direitos humanos registrados pelas mesmas.

Entre algumas Comissões da Verdade que podemos citar ainda encontram-se a Comissão de Verdade e Reconciliação (1995), na África do Sul. País que passou por uma série de distúrbios violentos provocados pela segregação racial da população negra, Apartheid. De acordo com Pinto (2007), seu registro pode ser encontrado em torno dos primeiros conflitos do século XVII entre os colonos holandeses e com os ingleses contra as populações locais da África do Sul no século XIX. Compreendido como “um sistema totalitário de discriminação racial, espacial, jurídico, político, econômico, social e cultural” (Pinto, 2007, p.02). A Comissão da Verdade da África do sul, formou-se em no entendimento de uma justiça restaurativa, *ubuntu*, em torno de uma definição pela verdade, perdão e anistia, não esquecendo as graves violações, mas procurando se reconciliar num projeto de nação nas esferas do passado, presente e futuro estabelecendo assim a Justiça de Transição na restauração por meio do perdão⁷.

A Comissão da Verdade de El Salvador iniciou seus trabalhos entre os anos de 1992 e 1993, para investigar a revolta civil ao longo da década de 70 e que levou na década seguinte a uma série de tentativas de golpe apoiados pelos Estados Unidos. Composta por três comissários da ONU, recomendou em seu relatório final uma ampla reforma do judiciário do país, a reparação financeira das vítimas do regime salvadorenho e medidas para o monitoramento das recomendações elaboradas por esta comissão⁸.

⁶ **United States Institute of Peace. Truth Commission: Uganda 74.** Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/1974/06/truth-commission-uganda-74>> Acesso em 25 de maio de 2017.

⁷ PINTO. Simone Martins Rodrigues. **Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200005>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

⁸ **United Institute of Peace. Truth Commission: El Salvador.** Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/1992/07/truth-commission-el-salvador>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

Diversas Comissões da Verdade foram formadas na segunda metade do século XX e início deste, podemos citar, de acordo com POLITI, o seguinte quadro:

... até o ano 2000, formaram-se Comissões da Verdade nestes países: Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (a primeira Comissão em 1985), Zimbábue (1985), Uganda (a segunda Comissão no ano de 1986, para esclarecer violações durante os últimos anos do regime de Idi Amin), Chile (a primeira em 1986), Nepal (em 1990), Chade (1991), Alemanha (1992), El Salvador (1992), Sri Lanka (1994), Haiti (1995), África do Sul (1995), Equador (a primeira em 1996), Guatemala (1999) e Nigéria (1999). A partir do ano 2000, formaram-se as seguintes Comissões da Verdade: Uruguai (a segunda comissão no ano 2000), Coreia do Sul (2000), Panamá (2001), Peru (2001), República Federal da Iugoslávia (2001), Gana (2002), Timor Leste (2002), Serra Leoa (2002), Chile (a segunda comissão em 2003), Paraguai (2004), Marrocos (2004), Carolina do Norte, EUA (2004), República Democrática do Congo (2004), Indonésia e Timor Leste (2005), Coreia do Sul (a segunda comissão em 2005), Libéria (2006), Equador (a segunda comissão em 2008), Ilhas Maurício (2009), Ilhas Salomão (2009), Togo (2009), Quênia (2009) e Canadá (2009) (POLITI, 2009, p.18).

Esses números de *per si* denotam a extensão da violação dos direitos humanos no mundo e a atualidade e necessidade da aplicação dos mecanismos da Justiça de Transição em diversas partes do mundo.

CAPÍTULO II - COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE DA ARGENTINA E DO BRASIL

2.1. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas da Argentina

A Argentina passou em sua história recente por diversas rupturas constitucionais que culminaram em golpes de Estado. Acentuados por divergências internas dentro dos setores militares do país, produziram uma série de instabilidades na Ditadura Militar Argentina. Isto fica claro quando observamos as diversas quebras institucionais dentro do próprio regime. Ao fim do governo de Lanusse, em 1973, ocorreram eleições presidenciais como forma de se conseguir uma estabilidade política e econômica, no que os então presidentes militares haviam fracassado.

Em 1973, Héctor José Cámpora vence as eleições para presidente da república, porém, acaba renunciando conjuntamente com seu vice-presidente, Vicente Solano Lima, deixando, desse modo, em aberto o caminho para a ascensão de Juan Domingo Perón, mais uma vez, ao poder. Assim, Perón assume o poder em 1973 no que acreditava-se que a estabilidade no país seria finalmente restabelecida. Todavia, observa-se um grande fracasso nesse sentido devido à morte inesperada de Perón em 1 de julho de 1974, levando sua esposa e vice presidente, Isabel Perón, a assumir a presidência no mesmo ano. Seu governo teve uma curta duração, chegando ao fim após mais um golpe de Estado em 1976, no qual um novo governo militar veio a assumir o controle no país (FERNANDES, 2010, p.1675).

Uma nova ditadura assumiu o poder na Argentina entre 1976 e 1983. Esse período é conhecido como “Guerra Sucia”, o qual ficou caracterizado pelas graves violências produzidas pela ditadura militar como mortes, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos. O processo de “Reorganização”, como ficou conhecido pelos dirigentes militares, estabeleceu um regime de violência e terror para os argentinos.

Essa ditadura militar argentina é considerada uma das mais violentas da América do Sul, a qual deixou um saldo de mais de 8 mil desaparecidos políticos, de acordo com os dados oficiais. Porém, esses dados são contestados por grupos de movimentos sociais argentinos ligados aos direitos humanos que estimam o desaparecimento em aproximadamente em mais de 30 mil mortos durante o período da ditadura militar argentino em tela. Esse regime viu-se enfraquecido, em grande medida, como já aludido, pela derrota dos argentinos na Guerra

das Malvinas em junho de 1982, no que culminou, nos meses subsequentes, com um grave desgaste da ditadura, provocando seu fim em 1983.

Neste contexto político criou-se a Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas, conhecida por CONADEP, tendo seus trabalhos conduzidos pelo escritor Ernesto Sábato. O objetivo desta comissão era investigar as graves violações aos direitos humanos no período compreendido entre os anos de 1976 a 1983, como já mencionado, período conhecido por “Guerra Suja”.

A Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas, foi criada oficialmente em 15 de dezembro de 1983 pelo Decreto 187/83, pelo então presidente da República Raúl Alfonsín. De acordo com seu artigo primeiro tinha por objetivo: “Constituir una Comisión Nacional que tendra por objeto esclarecer los hechos relacionados con la desaparición de personas ocurridos en el país”. Seus trabalhos foram coordenados tendo à frente, como aludido, pelo escritor argentino Ernesto Sabato e por mais quinze membros.

A Argentina, desta maneira, logo após sair de um violento (o processo não foi longo, durou sete anos) processo ditatorial conseguiu implementar uma Comissão da Verdade sendo ainda, segundo Arriaza (2011), o único país que oficialmente conseguiu anular a lei de anistia que favorecia os operadores do regime ditatorial, de alguma forma. Diferentemente do caso brasileiro, que nunca conseguiu reverter sua lei. (Arriaza,2011, p.143). Dando condições, segundo esse autor, para a correção de desvios jurídicos cometidos durante o período militar. De acordo com Arriaza,

Depois disso, ela criou leis para limitar a instauração de processos, e eles efetivamente mandaram parar as instaurações, com exceção aos casos não abrangidos pelas leis da anistia. Entretanto, mesmo antes de a anistia ser anulada, os tribunais tinham encontrado maneiras de contorná-la. Casos envolvendo o sequestro de crianças e o roubo de mercadorias (cargas) não eram cobertos pela lei; desse modo juízes investigavam naqueles casos. Mais interessante ainda, até mesmo quando os crimes eram claramente acobertados pela lei, os juízes começaram a manter “acusações reais”, nas quais testemunhas poderiam vir explicar o que tinha acontecido, ainda que sem um réu (acusado) vivo (existente). Esses julgamentos aumentaram a pressão para anular a lei de anistia e autorizaram os familiares a terem conhecimento sobre alguma coisa ligada ao ocorrido com as pessoas que eles amavam. A lei de anistia foi finalmente anulada em 2005. A Suprema Corte da Argentina descobriu que isso violava a Constituição em grande escala, incluindo violação às obrigações do país em relação aos costumes e acordos previstos no Direito Internacional (ARRIAZA, 2011, p.144).

Desse modo, na efetivação da Justiça de Transição na Argentina, destaca-se o papel do Decreto 158/83- de 13 de dezembro de 1983, conhecido por “Proceso a las Juntas”⁹.

A CONADEP tinha a responsabilidade em torno do caráter investigativo sobre as graves violações aos direitos humanos, provocados no período entre 1976-1983, o período conhecido por Guerra Suja. Assim, os períodos anteriores a 1976, mesmo sendo evidenciadas violações aos direitos humanos, não foram analisados por esta comissão.

Para que pudessem contribuir para os julgamentos dos acusados nas graves violações aos direitos humanos durante a recente ditadura, a Comissão recebeu dezenas de denúncias e tomou o depoimento de centenas de testemunhas, entre sobreviventes e perseguidos políticos da Ditadura Militar Argentina. Somente assim, foi possível julgar os integrantes da junta militar que presidiram e comandaram o país durante o governo autoritário em foco.

O documento final da Comissão, conhecido por “Nunca Más” publicado em 1984, considerou culpado o Estado argentino pelas graves violações aos direitos humanos durante a ditadura e o principal responsável por essas violações, reunindo provas para a formação de inquéritos judiciais para as condenações dos militares envolvidos na violação aos direitos humanos.

Em 20 de setembro de 1984, a CONADEP, entregou oficialmente o relatório final conhecido por “Nunca Más”, o qual tornou-se modelo que acabou sendo adotado por outras comissões e grupos de direitos humanos subsequentemente quanto a denúncias de graves violações aos direitos humanos no Chile e no Brasil, por exemplo. De acordo com Bauer: “Em menos de um mês, 40 mil exemplares foram esgotados, obrigando a Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA) a realizar quatro reimpressões somente no mês de dezembro de 1984, totalizando mais de 110 mil informes” (Bauer, 2008, p.6).

Dentre as Recomendações localizadas no capítulo VI da Comissão, destacam-se as relacionadas com o objetivo de reparar as graves violações e impedir sua repetição. Na esfera nacional destaca-se, também, a recomendação para a reparação econômica para familiares que tiveram filhos desaparecidos. Além disso, recomendou-se que se estimulem e sancionem medidas para, de acordo com a Comissão:

⁹ Por meio do decreto presidencial 158/83, “Proceso a las Juntas”, foi possível iniciar o julgamento contra militares argentinos que participaram da ditadura assim serem julgados e condenados por seus respectivos crimes. O decreto considerou ainda que o poder fora usurpado pelas forças militares argentinas, sendo utilizado contra a sociedade civil. ARGENTINA. **Decreto nº 158/83, de 13 de dezembro de 1983**. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr158.htm>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

1. Declarar crime contra a humanidade o desaparecimento forçado de pessoas.
2. Apoiar o reconhecimento e adesão a organizações nacionais e internacionais de direitos humanos.
3. Estabelecer o ensino obrigatório da defesa e divulgação dos Direitos Humanos entre professores e organismos do Estado, sejam eles civis, militares ou de segurança.
4. Fortalecimento e alinhamento completo dos meios pelos quais a Justiça Civil deve ter para uma investigação oficial sobre a violação dos Direitos Humanos.
5. Para revogar toda a legislação repressiva que está em vigor (CONADEP, 1984, p. 345).

Na sua conclusão final a CONADEP estipulava um número de 8.960 de pessoas que se encontravam classificadas como desaparecidos políticos forçados. Identificando ainda em seus trabalhos, 340 centros clandestinos de tortura e 1300 pessoas que passaram por esses centros de tortura e que acabaram desaparecendo definitivamente. Sendo formados 7.380 pastas que incluíam denúncias, testemunhos dos centros clandestinos e da repressão. Sendo que, destas, 1.086 pastas nas quais podiam ser identificadas a existência dos principais centros clandestinos de prisão de presos políticos durante a ditadura militar argentina. Segundo a conclusão do Relatório da comissão:

Es posible afirmar que contrariamente a lo sostenido por los ejecutores de tan siniestro plano solamente se persiguió a los miembros de organizaciones políticas que practicaban actos de terrorismo. Se cuentan por millares las víctimas que jamás tuvieron vinculación alguna con tales actividades y fueron sin embargo objeto de horrendos suplicios por su oposición a la dictadura militar, por su participación en luchas gremiales o estudiantiles, por tratarse de reconocidos intelectuales que cuestionaron el terrorismo de Estado o, simplemente, por ser familiares, amigos o estar incluidos en la agenda de alguien considerado subversivo (CONADEP, 1984, p. 347).

Quando uma Comissão da Verdade é constituída ela visa responder ao Estado e aos organismos internacionais ou internos do país; assim como a setores da sociedade civil direta ou secundariamente atingidos pela ditadura militar ou pelas graves violações aos seus cidadãos. Emílio Crenzel, em seu texto *La CONADEP treinta años después: la investigación sobre las desapariciones forzadas en la Argentina*; três décadas depois, fala sobre a importância e procura apontar os principais avanços e desafios observados pela CONADEP:

En síntesis, el Nunca Más presentó una explicación que derrumbó el monopolio de la interpretación ejercida, hasta allí, por los perpetradores de las desapariciones y significó un pronunciamiento oficial que estableció una verdad pública de una legitimidad diferente a las denuncias de los afectados durante la dictadura demostrando que “el poder de las palabras no deviene de las palabras mismas sino de las instituciones que las legitiman”. El Nunca Más, también, en marcó esta verdad en una nueva lectura oficial del pasado, que no historizaba la violencia, sus motivos y causas, proponía la responsabilidad exclusiva de la dictadura en las desapariciones y la inocencia, por su ajениdad con la violencia y la política, de las víctimas y de la propia sociedad (CRENZEL, 2014 p.22).

Assim, a comissão da Argentina operou dentro de referências de tomada de depoimentos e investigação sobre mortos e desaparecidos. Ainda segundo Crizel, produziu provas dentro da dimensão pública e estabeleceu um probatório que seria inédito no escopo do julgamento dos responsáveis pelos mencionados crimes. Os trabalhos da Comissão foram realizados com técnicas de investigação que viriam a se transformar em mecanismos auxiliares em investigações subsequentes da comissão da verdade, “produzindo assim elementos de sustentação para a justiça e instâncias judiciais do país”. (Crenzel, 2014, p.22-23).

Em outras palavras, o relatório “Nunca Mais” consistiu em um trabalho que envolveu centenas de depoimentos e que contou com mais de 50 mil páginas de documentação que foram entregues ao governo do presidente Raúl Alfonsín, arrolou mais de 8 mil desaparecidos pela ditadura militar argentina, apontou um saldo de mais de 30 mil mortos provocados pelos militares e recomendou o pedido de condenação das juntas militares que presidiram o país no período das graves violações para que fossem processados e condenados todos os envolvidos para a não repetição das violências do Estado.

Por seu turno, a grande mobilização da sociedade civil deve ser considerada como um dos elementos de destaque para a produção dos resultados da comissão argentina, os trabalhos de resgate e criação de uma memória coletiva que proporcionaram fortes movimentos contrários à impunidade dentro da esfera democrática compuseram o contexto no qual se efetivou esse mecanismo da Justiça de Transição no país platino.

A Comissão do país teve uma preocupação a parte no que se entende por verdade, procurando estabelecer em seus trabalhos uma imparcialidade e perguntas formuladas dentro da preocupação em se descobrir onde se encontravam os corpos dos desaparecidos políticos, e de quem eram as ordens para a perpetuação das graves violações aos direitos humanos entre 1977 e 1983 dentro da justiça, procedimentos esses no âmbito da procura da verdade.

A Comissão da Verdade da Argentina, desta forma, não se formou como um tribunal penal, nem possuía esta prerrogativa legal, sendo considerada como uma comissão investigativa, que atuaria na composição de dados e depoimentos para formar um relatório final no qual veio a considerar o Estado argentino o principal responsável pelas violações dos direitos humanos. Nas considerações finais de seu relatório, recomenda a implementação de uma justiça plena, capaz de julgar e condenar aqueles agentes transgressores dos direitos humanos e que possa colaborar na construção da confiança nas instituições do Estado entre os cidadãos.

2.2. Comissão Nacional da Verdade do Brasil

A ditadura militar brasileira durou vinte e um anos, após um golpe de estado no dia 1 de abril de 1964, o qual acabou derrubando o então presidente João Goulart. As forças armadas brasileiras deram início a um regime ditatorial que após vinte e um anos de arbítrio acabou em 15 de março de 1985. Dentre as diretrizes que podem explicar a dinâmica da duração da ditadura militar brasileira por um período tão grande, Mario Sergio de Moraes aponta para a legitimação do golpe por parte de setores civis da sociedade brasileira que fomentaram uma base ideológica no âmbito de setores conservadores da sociedade civil e por parte da elite econômica do país, Segundo Moraes,

Além da ajuda dada pelo governo americano (o Brasil era visto como o principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul) para benefício das multinacionais, houve outro fator mais determinante: a ditadura contou com o apoio de inúmeros setores da sociedade civil. O suporte social ao autoritarismo foi fornecido por empresários, latifundiários, banqueiros, apoiadores do capital internacional, interventores dentro dos sindicatos, profissionais liberais da classe média, setores da igreja católica e grande imprensa (Moraes, 2014, p.62).

Ainda de acordo com Moraes, devido a essas constatações, não poderíamos designar o regime apenas o termo Ditadura Militar, mas compreendê-lo como uma:

Ditadura civil-militar, para deixar claro que o autoritarismo não estava somente no poder do Estado. Encontrava-se enraizado nas empresas, escritórios, sindicatos, controlados por interventores, famílias, escolas e setores da grande imprensa (Moraes, 2014, p.63).

Afigura-se a isto os atos Institucionais elaborados em formato de decretos e aprovados pela Ditadura Militar, o primeiro deles, o Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964, vinha como um garantidor, como forma de suprimir qualquer ameaça interna e garantir a legitimidade do golpe. Nos dois primeiros parágrafos do referido decreto, podemos observar os elementos de justificação de um movimento civil-militar de transformação nacional do país que se

figurava na opinião pública e que esta revolução se distinguia de outros movimentos por expor a vontade da nação. A forma de legitimação do regime e a prefixação de ordenamentos legalizam o uso dos militares dentro da ação política intervencionista no país. Por meio dos decretos estabelecia a tentativa de criar o caráter validador para a garantia do golpe.

Entre os argumentos utilizados no AI 1, destacam-se a referência lutando ao “drenar o bolsão comunista” precisamos compreendermos o período em que se encontrava estabelecido a nova configuração da geopolítica mundial. Com o fim da Segunda Grande Guerra se iniciou a assim conhecida Guerra Fria, no confronto entre Estados Unidos e a União Soviética nas disputas ideológicas mais importantes do século passado - o Capitalismo e o Socialismo. Neste sentido, as duas partes se organizam na defesa e propagação de suas ideologias para o mundo moderno. Os Estados Unidos aumentaram significativamente sua influência na América Latina. Desta maneira, esta compreensão histórica é importante para que possamos entender os diferentes atores envolvidos durante este período. (MORAES, 2014, p.70,71).

Durante o período militar, cinco presidentes gerais governaram o país sendo o primeiro deles o presidente Castelo Branco (1964- 1967). Seu governo que deveria ser breve e abrir-se para o ordenamento democrático, o que não veio a ocorrer, destaca-se pelos Atos Constitucionais que foram aprovados. Além do primeiro, seguiram-se Atos 2, 3 e 4, que provocaram ainda mais o fechamento da ditadura militar e produziram um contexto ainda mais traumático em termos de perda de liberdades individuais e direitos políticos. Seu governo foi sucedido pelo do general Arthur Costa e Silva, em março de 1967, com duração até 31 de março de 1969. Costa e Silva teve que enfrentar manifestações e implementar repressão a grupos da sociedade civil, quando, por complicações de saúde, foi obrigado a deixar o poder. Seu governo foi responsável por baixar o Ato Institucional número 5 (AI 5), de 13 de dezembro de 1968, que acabou vigorando até 1978. O AI 5 ficou conhecido como o Golpe dentro do Golpe, expressão utilizada para se referir à decisão de centralização do poder junto ao executivo e do forte aparato utilizado pelos militares. Em seu governo decretou o fechamento do congresso Nacional por tempo indeterminado, a cassação de deputados. Seu governo foi sucedido por outro general, Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974), responsável por intensificar a repressão aos grupos contrários ao regime, seu governo ficou conhecido pelo conhecido “milagre econômico”, que projetou o crescimento econômico brasileiro e viria a impulsionar um desenvolvimento favorável ao país. Seu sucessor, general Ernesto Geisel (1974 -1979), teve um governo marcado pelo agravamento da dívida externa do país decorrente dos empréstimos internacionais tomados durante o ‘milagre econômico’, seu governo ficou caracterizado pela

forte inflação e retrocesso da economia brasileira. Destaca-se em seu governo a abertura “Lenta, Gradual e Segura” para a democracia que começou a ser implementada.

O último presidente militar foi o general João Batista Figueiredo (1979-1985), que governou com a sociedade civil produzindo uma forte oposição à Ditadura Militar, a qual já encontrava-se fragilizada desde o governo de Ernesto Geisel. Seu mandato ficou marcado pelo retorno dos exilados políticos em decorrência da promulgação da lei de anistia de agosto de 1979, que anistiou igualmente os perseguidos políticos e os agentes da repressão. A abertura política do regime era cada vez mais certa e assim, em 1982, são realizadas as primeiras eleições diretas para os cargos de governador no país após do golpe. Entre 1983 e 1984, realizaram-se as marchas populares por eleições gerais e contra a ditadura militar, conhecidas popularmente por “Diretas Já”, as quais resultarão em um resultado negativo, em parte por não conseguirem que fossem realizadas eleições diretas para presidente no pleito que iria escolher o sucessor de Figueiredo. Em 15 de Janeiro de 1985, após a realização de eleições indiretas, o Congresso nacional elegeu a chapa de Tancredo Neves e José Sarney, chegando ao fim a Ditadura Militar. Porém, dois meses após as eleições José Sarney, acabou assumido a presidência em 21 de abril, em decorrência da morte inesperada de Tancredo por uma infecção generalizada.

No entanto, diferentemente da Argentina que logo após o fim da Ditadura Militar de seu país constituiu uma Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, na primeira década pós ditadura não se criou nenhum mecanismo de Estado de apuração das violações dos direitos humanos. A primeira Comissão de Estado da Justiça de Transição, no Brasil, data de meados dos anos 1990, nominalmente, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), conjecturada pela Lei n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995, inicialmente com atribuição para analisar casos ocorridos entre 2 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979, esse período foi ampliado mais tarde. Em 2002, foi criada a Comissão de Anistia, pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com o “objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988”. Em termos específicos, a Comissão de Anistia analisava a prestação de caráter indenizatório às vítimas da Ditadura Militar, anistiados políticos ou ainda militares anistiados perseguidos, com uma reparação econômica de forma permanente e continuada de até no máximo trinta salários mínimos em prestação única e de caráter anual, no qual não poderia ser menor do que um salário mínimo e estabelecendo o teto máximo fixado conforme fixado pela Lei de Anistia.

A lei de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Lei 12528/2011¹⁰, foi sancionada dezesseis anos depois do fim da ditadura, pela então presidenta Dilma Vana Rousseff, em 18 de novembro de 2011, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos.

No primeiro momento, sua atuação estava fixada para ter duração de dois anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. Assim, seus trabalhos deveriam ser concluídos até o ano de 2013, quando deveria apresentar um relatório final sobre as conclusões de seus trabalhos. Posteriormente, teve sua abrangência prorrogada para até 16 de dezembro de 2014.

A CNV brasileira difere da sua congênere argentina quanto ao período de suas competências. Enquanto a Comissão Argentina voltava-se para o período da ditadura recém finda (1976-1983), a brasileira cobria um período bem mais largo (1946-1988), com algumas peculiaridades. Esse período tem início em um marco inaugural de uma democracia após o fim de outra ditadura, a varguista, indo até o ano da entrada em vigor de uma nova constituição democrática, a Constituição Federal de 1988. Ou seja, seu período de abrangência, de 1946 até 1988, totaliza 42 anos, interstício de tempo este que corresponde a um período democrático (1946-1964), a uma ditadura civil-militar (1964-1985) e a fase de uma nova democracia inaugurada em 1985.

Entrementes, assim como a argentina, a CNV brasileira objetivava efetivar a memória e a verdade histórica sobre os fatos investigados e a promoção da reconciliação nacional do país. O anexo do projeto de Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade havia sido exposto para apreciação da presidente da república em 30 de abril de 2010. Sua missão compreendia uma forma de apurar e promover reparação as graves violações aos direitos humanos previstos no artigo nº 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e alinhava-se diretamente com o fixado pelo PNDH-3. Aqui merece destaque uma crítica à criação da CNV que vem a ser precisamente a questão relativa à grande demora por parte do Estado brasileiro ao não criar uma Comissão independente que viesse a examinar os crimes praticados no período

¹⁰ A Comissão Nacional da Verdade de acordo com sua lei de criação não possuía o caráter jurisdicional para investigar e julgar os agentes militares, competia a esta investigar mortes, torturas, tornar públicos os locais de graves violações aos direitos humanos, promover o esclarecimento quanto a ocultação de cadáveres, além de promover medidas para a reparação e reconciliação nacional para a sociedade brasileira. **BRASIL. Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2017.

ditatorial e ao período de sua abrangência não exclusiva ao tempo de vigência da ditadura militar.

A criação da CNV alinhava-se tanto aos mecanismos já existentes anteriormente mencionados como à tentativa de estabelecer um papel transparente do poder do Estado frente a novas leis que estavam sendo constituídas como forma de vir a examinar os crimes praticados neste período ditatorial.

Nesse sentido, outras leis estavam sendo gestadas dentro dos órgãos institucionais como é o caso do projeto da Lei de Acesso à Informação, que coaduna com o disposto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): “Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”.

Iniciando seus trabalhos em 2012, a CNV dividiu suas atividades, de acordo com o fixado em seu regimento interno, em treze grupos internos 1- Ditadura e gênero; 2-Araguaia; 3- contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4- ditadura e sistema de Justiça; 5-ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6- estrutura de repressão; 7- mortos e desaparecidos políticos; 8- graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9- Operação Condor; 10- papel das igrejas durante a ditadura; 11- perseguição a militares; 12-violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e por fim 13- o Estado ditatorial-militar. Coordenados nesta subdivisão dos trabalhos como forma de serem estabelecidas diretrizes próprias dentro no núcleo central da comissão.

A CNV, visitou um total de sete centros clandestinos de tortura incluindo um dos mais conhecidos, a “Casa Azul” na cidade de Marabá, no estado do Pará, incluindo sua visita com membros da sociedade civil e vítimas das torturas nos locais visitados de forma a compor depoimentos e uma memória dos acontecimentos com vistas a não repetição. A Comissão Nacional da Verdade contou ainda com a cooperação técnica de outras comissões independentes estaduais e municipais de forma a encetar investigações independentemente da Comissão oficial do Estado brasileiro¹¹.

¹¹ Diversas comissões da verdade foram constituídas de caráter não oficial por sindicatos, estados e universidades procurando cooperar com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e ao mesmo tempo atuando na composição de relatórios independentes. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1.** (CNV, 2014, p.10). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

Inicialmente a CNV teve a frente de seus trabalhos o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça Gilson Langaro Dipp. Entre os meses de maio e setembro de 2012, acarretado por problemas de saúde deixou a CNV, sendo substituído por Cláudio Lemos Fonteles, ex-Procurador Geral da República, assumindo a frente dos trabalhos da Comissão entre os meses de setembro de 2012 até fevereiro de 2013, sendo substituído pelo doutor e pesquisador do núcleo de estudos da Violência Paulo Sérgio Pinheiro, entre fevereiro e maio de 2013, por sua vez substituído, pelo advogado e jurista Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, permanecendo como coordenador até o fim dos trabalhos da CNV em 2014.

O relatório final, concluído num total de dois anos e sete meses de trabalho, foi entregue à presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014, em três volumes, objetivando o direito à memória e à verdade junto à sociedade brasileira, além da promoção da reconciliação nacional, tendo conhecidos de acordo com o site da CNV um total de 1121 depoimentos, 132 de agentes público, realizando um total de 80 audiências¹². O primeiro volume foi dedicado às atividades de trabalhos promovidas pela Comissão brasileira junto à sociedade civil e o contexto histórico, além do esforço, quanto à necessidade da não repetição das violações aos direitos humanos provocados pela Ditadura Militar ao serem apresentados 29 recomendações ao Estado brasileiro. O segundo volume destina-se às estruturas de poder executadas pelo Estado brasileiro na promoção das graves violações, compreendendo a importância e participação do Estado brasileiro dentro das esferas centrais de tortura e mortes de membros da esquerda e de indivíduos contrários ao regime. Por fim, o terceiro tomo destina-se exclusivamente aos mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura Militar, no qual neste tomo encontra-se a história de 434 desaparecidos políticos¹³, os relatos de sua história, o âmbito investigativo de suas trajetórias e do trâmite de seus julgamentos junto ao Estado brasileiro.

¹² Comissão Nacional da Verdade. **Conheça e acesse o relatório final da CNV**. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

¹³ A Comissão Nacional da Verdade na sessão pública do dia 29 de agosto de 2014, em seu relatório preliminar, confirmou a identificação do desaparecido político Epaminondas Gomes de Oliveira, camponês, integrante do Partido Comunista que desapareceu em 1971. Epaminondas foi o único desaparecido político identificado pela CNV. Idem (CNV, 2014, p.55).

CAPÍTULO III - SIMILARIDADES E DESSEMELHANÇAS ENTRE AS COMISSÕES DA VERDADE DA ARGENTINA E DO BRASIL

Considerando-se os quatro pilares da Justiça de Transição, reparação moral e pecuniária, esclarecimento dos fatos e construção da memória, regularização da justiça e reforma das instituições estatais, constata-se que de alguma forma as duas comissões em apreço perseguiram esses objetivos com razoável grau de efetividade. Ambas inserem-se no processo de democratização de seus países e para tal colaboraram. De modo geral, (mesmo se forem consideradas as críticas que sofreram e que não foram priorizadas no escopo deste trabalho) pode-se dizer que prestaram contas à sociedade sobre as violações aos direitos humanos perpetrados pelos agentes do Estado. Também engendraram esforços no sentido de reconhecer as vítimas dos regimes ditatoriais. Em ambas realidades, efetuou-se reparação moral e pecuniária às vítimas e em graus diferentes, com peso mais acentuado para o caso argentino, colaboraram para a construção da memória sobre a trama que envolveu as graves violações aos direitos humanos e desconstrução da democracia em suas respectivas sociedades.

Apesar dessas similaridades, alguns aspectos da atuação e dos resultados dessas comissões as tornam bem distintas, como distintos são os processos históricos dos países em tela. As dessemelhanças entre elas começam pelas circunstâncias em que foram criadas: a argentina no imediato pós-ditadura, a brasileira depois de cerca de uma década e meia do fim do Ditadura Militar. Além disso, o período de abrangência no caso da argentina subscreveu-se ao período de duração da ditadura, enquanto no caso brasileiro esse se alargou por décadas, cerca de meio século, incluindo períodos de democracia, ditadura, redemocratização e nova democracia.

Mas as dessemelhanças circunscrevem-se também em fatos adjacentes às próprias comissões da verdade. Ilustrativamente, cita-se o fato de que na Argentina a lei de anistia foi revista, enquanto no Brasil a lei de anistia com seu caráter bilateral (anistia para os violadores dos direitos humanos e para as suas vítimas) foi julgada procedente pelo Superior Tribunal de Justiça. Decorre daí, que os agentes que perpetraram as violações contra os direitos humanos identificados pela Comissão da Verdade Argentina puderam ser encaminhados à justiça para serem julgados. Enquanto no Brasil eles continuam anistiados¹⁴. Reside aqui uma das

¹⁴ Na seção do dia 9 de dezembro de 2014, o Superior Tribunal de Justiça manteve a decisão que reconhecia o Coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, como torturador. A ação declaratória foi movida por cinco membros da Família Teles. O Coronel Ustra é o único militar reconhecido como torturador pelo STJ. **STJ confirma decisão que reconheceu Ustra como torturador.** Disponível em: <<https://www.jota.info/justica/stj-confirma-decisao-que-reconheceu-ustra-torturador-09122014>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

dessemelhanças fundamentais entre as comissões em tela, as consequências práticas decorrentes de seus trabalhos nesse fundamento. Com isso, corrobora-se também um dos pressupostos da Justiça de Transição, qual seja, os meandros e mecanismos, assim como as estratégias de ruptura com o passado de violência e desapego pela democracia se entrelaçam e cada mecanismo de *per si* tem o alcance das dimensões de seu escopo, de certa forma, condicionado pelo contexto em que se dá a transição da ditadura ou contexto de violência para a democracia.

Dessa forma, além das distintas realidades nacionais, no aspecto específico aqui em foco, os diferentes processos de redemocratização dos dois países, no caso do Brasil, “lento, gradual e seguro” (sob controle dos agentes da ditadura), bem distinto do da Argentina, cuja ruptura com a ditadura, de certo modo, foi abrupta, no contexto de uma derrota bélica internacional, condicionaram a efetividade e o modo como a Justiça de Transição se deu em cada país. Essas circunstâncias terminaram por condicionar, de alguma forma, a efetividade e o modo como a Justiça de Transição se deram em cada país. Além disso, deve-se considerar também uma variável importante desses processos, o envolvimento da sociedade civil que foi bem dessemelhantes nos dois países, com uma participação mais notória no caso argentino, haja vista, por exemplo, os movimentos das *Madres de Plaza de Mayo* e das *Abuelas de Plaza de Mayo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da ordem democrática na Argentina e no Brasil, se encontra dentro de diferentes posições políticas e sociais que variam de acordo com a forma que as ditaduras ou graves violações sucederam a períodos de estabilização democrática. Especificamente sobre os casos da Argentina e do Brasil, as Comissões da Verdade, embora formadas em tempos históricos distintos, pode-se dizer que seus trabalhos foram caracterizados por um objetivo em comum, a busca pela verdade e a construção de mecanismos para a formação da memória dos perseguidos políticos e a necessidade, em seus relatórios finais, de comporem um relato das necessidades do fortalecimento das instituições democráticas em ambos os países para combater a perpetuação ou resquícios das ditaduras militares que possam ser observados interna ou externamente nas instituições do Estado.

A chamada Justiça de Transição, que obedece a uma regra própria dentro da reparação, condenação e julgamento das graves violações, coloca desafios que o Estado brasileiro ainda não conseguiu transpassar. Compreendendo que as comissões da verdade surgem em períodos heterogêneos dependendo de como as ditaduras acabam sua atuação, a aplicabilidade dos preceitos da Justiça de Transição fica condicionada em grande medida pelo caráter político da sociedade, pela atuação da sociedade civil organizada na construção da memória, da verdade e da justiça em cada país (BELLATO, 2014, p.22, 23)

Atuar não somente no combate ao legado autoritário, assim como não permitir sua repetição dentro das instituições democráticas e promover condições para a construção de uma memória efetiva como forma de relembrar de maneira crítica os eventos do passado são fatores que contribuem para a formação de um estado democrático e de cidadãos mais críticos e conscientes de sua história. Observa-se as diferentes interpretações nos crivos judiciais da Argentina e do Brasil quanto à validade da Lei de Anistia em seus respectivos países e o ordenamento dos organismos internacionais criticando a posição brasileira e uma superação desta lei na Argentina. Ambos os países passaram por dois períodos autoritários e situações jurídicas heterogêneas produzindo diferentes resultados na área política e da Justiça de Transição.

Ao mesmo tempo é necessário refletirmos sobre as ações efetivadas por ambos Estados para a não repetição dessas graves violações aos direitos humanos. O Brasil, com o PNDH, deu importantes passos dentro da constituição de mecanismos que visam o fortalecimento e ampliação dos direitos humanos no âmbito do Estado brasileiro. No caso argentino, ao revogar

a Lei de Anistia de seu país, deu-se um importante passo para o julgamento e condenação dos agentes de Estado responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos. Embora o Brasil não tenha revogado sua Lei de Anistia, sofrendo com isso diversas críticas internacionais e nacionais, no Brasil passos positivos foram dados com a Lei nº 9.140, que criou a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos no ano de 1995, a qual atua na procura dos mortos e desaparecidos políticos, assim como confere a indenização aos familiares e vítimas da ditadura.

A constituição de uma Comissão da Verdade tem assim um papel importante na efetividade da Justiça de Transição. No caso da Argentina, cuja comissão recebeu o nome de “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas”, sua Comissão da Verdade não só foi de singular importância em seu processo de democratização, aplicação da justiça, busca da verdade e construção da memória, como, também, serviu de modelo para outros países, e seu relatório final *Nunca Más*, tornou-se um ícone do movimento pela não repetição desse passado de transgressão dos parâmetros democráticos e de desrespeito aos direitos humanos.

No Brasil, existe uma clara diferença, com um intervalo de mais de uma década entre o fim da ditadura e a criação da CNV. É importante ressaltar que essa defasagem de tempo, por suposto, influenciou na coleta de dados e identificação de infrações e que seus resultados ainda são difíceis de serem mensurados. Entre os pedidos de seu relatório final encontra-se a revogação parcial da Lei de Anistia, que encontrou e encontra fortes resistências institucionais. Além disso, destacam-se a atuação modesta da população brasileira que parece não reagir aos fatos com a mesma ênfase em que atuou a sociedade argentina.

Observam-se ainda outra variável do processo em foco em decorrência do largo intervalo de tempo entre o fim da ditadura e a instalação da CNV, qual seja, o crescimento populacional. Enquanto no caso argentino, a população, pela proximidade temporal entre a ruptura com o passado ditatorial e a instalação de sua Comissão da Verdade e portanto de uma memória “mais viva” dos atos de violência da ditadura no imaginário social, no Brasil essa distância temporal fez com que ao ser instalada a sua comissão, a realidade dos números de sua população constituía um contexto onde boa parte de seus habitantes não tinha vivenciado as circunstâncias da ditadura, como observa Bellato:

A população ativa brasileira em 1985, quando ocorreu a alternância do poder militar para civil, era composta por 95.704.423 habitantes. Hoje, a população brasileira está estimada em mais de 201 milhões de habitantes, portanto aproximadamente 50% da população nasceu depois de 1985. Esta realidade demográfica, acrescida da negação da história recente do país, até mesmo nos

conteúdos escolares - talvez indique a razão do desconhecimento histórico por um grande número de brasileiros (BELLATO,2014, p.79).

A construção do processo conciliatório dentro das esferas da sociedade observa-se por dinâmicas muito próprias. Isto encontra-se inserido na estrutura social e no processo cultural de cada sociedade, dinâmicas muito opostas podem ser observadas entre os Estados, assim como comparações entre as sociedades podem ser notadas. O que o Estado e a sociedade civil procuram dentro do retorno democrático e o julgamento dos responsáveis, nem sempre são os mesmos. Construir uma identidade que se manifeste num projeto de país evidencia-se as trajetórias tomadas na escolha das memórias a serem preservadas, e o legado do passado que se pretende ou não que seja mantido, ou ainda as manifestações diretas ou indiretas deste no presente. Ao mesmo tempo devemos pensar esta sociedade que se manifesta no início do século XXI, segundo Mário Sérgio de Moraes, dentro das referências dos direitos humanos, onde podemos observar:

Na ótica dos direitos humanos, a paz só é conquistada com quatro referências: direito à memória; reparação material às vítimas e familiares dos perseguidos políticos; criação de organismos de debate e divulgação dos fatos históricos; condenação judicial para crimes cometidos contra a humanidade (MORAES, 2014, p303).

Assim a história tem um importante papel a ser desempenhado na construção e resignificação das trajetórias construídas e desenvolvidas no passado e a nova trajetória a ser mediada em seu presente, a sociedade na construção das memórias coletivas ou individuais também faz escolhas políticas e ideológicas. Como nos lembra José Maurício de Lima:

Com todos os percalços, a civilização vem se construindo baseada em pensamentos e reflexões. Não neutralidade na história, há um curso a seguir resultante das tensões e conflitos políticos. Quando ausentes as elaborações mentais bem construídas pela persuasão, predomina a violência. Isso se revela tanto no nível individual quanto no nível cultural, com efeitos destrutivos no futuro. Isto porque a violência humilhante causa ódio tanto no indivíduo como no grupo. É factível evitar o permanente círculo vicioso da vingança restaurando-se dignidade das pessoas. É possível evitar que a raiva induzida pela vergonha ganhe força e se transmita por gerações em um incessante círculo de vingança. Impossível perdoar um passado que continua presente (LIMA,2011, p.194-195).

É necessário que invoquemos a reflexão cotidiana sobre os trabalhos dos legados das comissões da verdade e a conjuntura da Justiça de Transição para a reparação das graves violações aos direitos humanos em torno da construção de estados democráticos de direito. Ao mesmo tempo cabe a cada país a construção de uma história capaz de compreender dentro da ótica da democracia as diferentes noções de tempo histórico, os personagens em suas singularidades temporais e complexidades individuais. E ao Historiador, ao se debruçar sobre qualquer trabalho, procurar fazê-lo de maneira crítica e ética em sua profissão.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Fontes:

ARGENTINA. **Decreto nº 187/83, de 5 de dezembro de 1983.** Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas. Disponível em: <<http://www.derechos.org/ddhh/arg/ley/Conadep.txt>>. Acesso em 30 novembro de 2017.

BRASIL. **Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2017.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

NUNCA MÁS. **Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_sabato_nunca_mas.pdf> Acesso em 30 de maio de 2017.

Legislação, teses, artigos e livros on-line:

ARGENTINA. **Ley nº 23.492.** Dispónese la extinción de acciones penales por presunta participación, en cualquier grado, en los delitos del artículo 10 de la Ley Nº 23.049 y por aquellos vinculado a la instauración de formas violentas de acción política. Excepciones. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>>. Acesso em 30 novembro de 2017.

ARGENTINA. **Decreto nº 158/ 83, de 13 de dezembro de 1983.** Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr158.htm>> Acesso em 30 novembro de 2017.

ARRIAZA, Naomi Roht-, TORELLY, Marcelo D; ABRÃO, Paulo; PAYNE Leigh A. (Orgs.). Brasil: Ministério da Justiça. **A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

BAGGIO, Roberta Camineiro. TORELLY, Marcelo D; ABRÃO, Paulo; PAYNE Leigh A. (Orgs.). Brasil: Ministério da Justiça. **A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. **A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão**. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135/127>> Acesso em: 30 de maio de 2017.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada: Atualidade e origens de um campo disciplinar**. In História Revista, Goiânia, v. 12, N. 2, p. 279-315, jul./dez. 2007.

BELLATO, Sueli Aparecida. **Justiça de Transição: Perdão ou Desculpa em nome do Estado brasileiro?** -. Brasília: UnB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania, Brasília, 2014.

BLOCH, Marc. **Pour une histoire compare des societies européenes**. Mélanges historiques, Paris, tit. I, p. 15-50, [1928] 1963 apud BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Atualidade e origens de um campo disciplinar. In História Revista, Goiânia, v. 12, N. 2, p. 279-315, jul./dez. 2007.

BRASIL – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – SDH. DIREITOS PARA TODOS. **Programa Nacional de direitos Humanos – PNDH 3**. IN <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>> Acesso em 12 de novembro de 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

BRASIL. **Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 28 de novembro de 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso 20 de outubro de 2017.

BRASIL (Presidência da República Casa Civil). Brasília: **Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH)** <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/pnhd_1.pdf>. Acesso em 15 de março de 2017.

BRASIL (Presidência da República Casa Civil). Brasília: **Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH)** <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/pndh2.pdf>>. Acesso em 22 de outubro de 2017.

BRASIL. Decreto n.º 1.904, de 13 de maio de 1996, **Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009,** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em 30 de maio de 2017.

BRASIL. **Medida Provisória. nº 632, de 24 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral- DNPM, da Carreira de Perito Federal Agrário, das Carreiras do Hospital das Forças Armadas, da Fundação Nacional do Índio -FUNAI, dos empregados de que trata a Lei no 8.878, de 11 de maio de 1994; autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 12.800, de 23 de abril de 2013; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv632.htm> Acesso em 30 de maio de 2017.

Como funciona uma Comissão da Verdade. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/417028-COM>>

O-FUNCIONA-UMA-COMISSAO-DA-VERDADE.html>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

CRENZEL, Emilio Ariel. **La CONADEP, treinta años después: la investigación sobre las desapariciones forzadas en la Argentina**. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación; Derechos Humanos. 2013. Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/conadep-treinta-anos-despues-investigacion-sobredesarpariciones-forzadas-argentina-conadep-treinta-anos-despues-investigacionsobredesarparicionesforzadas-argentina-nv9583-2014-11-14/123456789-0abc-d38-59ti-lpssedadevon>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>. Acesso em 6 de novembro de 2016.

CANABARRO, Ivo. **Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/seq/n69/09.pdf>>. Acesso em 4 de dezembro de 2016.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU - **UN Security Council- The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. Report Secretary-General?** S/2004/616 apud SOARES, Inês Virginia Prado. Justiça DE TRANSIÇÃO. In DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS, 2010. Acessível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. San José, Costa Rica, 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

FERNANDES, Pádua. **Ditadura Militar na América Latina e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. (In) justiça de transição no brasil e argentina. In: Actas del XIV encuentro de Lationoamericanistas españoles : congreso internacional, 200 años de Iberoamérica (1810-2010), Santiago de Compostela, 15-18 de septiembre de 2010. Disponível em: <<https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/13419>>. Acesso em 28 de novembro de 2017.

FLORINDO, Glauber Miranda. **O método comparado na História: das problemáticas às novas propostas.** Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo1evol13-2.pdf>>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

Le Goff, Jacques, 1924 - **História e Memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- 5ª ed.- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2003.

KINZO, Maria D'alva G. **A Democratização Brasileira: Um Balanço do Processo Político desde a Transição.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400002> Acesso em: 30 de outubro de 2017

LIMA, José Maurício de, **Autoritarismo, Sofrimento e Perdão.** Brasília: UnB. Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia. Coordenação de Pós-Graduação em Filosofia. Brasília, 2011.

MEZAROBBA, Glenda. in: SILVA, Haiké R. Kleber da. (org). **A Luta Pela Anistia.** Unesp: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

MORAES, Mário Sérgio de, **50 Anos Construindo a Democracia: Do Golpe à Comissão Nacional da Verdade** / Mário Sérgio de Moraes -- São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014. NEVES, Raphael. Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452012000200006>. Acesso em 4 de dezembro de 2016.

NEVES, Raphael. **Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n86/a06.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

PATRUS, Rafael Dilly. **Articulação Constitucional e Justiça de Transição** - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

PINTO, Simone Rodrigues. **Direito à Memória e à Verdade: Comissões da Verdade na América Latina.** Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/comissoes_verdade_america_latina.pdf> Acesso em 30 de novembro de 2016.

PINHEIRO, P. S. **Autoritarismo e transição.** Revista USP, Brasil, n. 9, p. 45-56, mai. 1991. Disponível em: <<http://nevus.org/wp-content/uploads/2015/05/25547-29466-1-SM.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2017

PNDH-3: recuos diante da mídia. In Blog do Miro, 20/06/2010. WEB. Disponível em <<https://midiaepndh3.wordpress.com/2010/11/04/pndh-3-recuos-diante-da-midia/>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SWENSSON Junior, Lauro Joppert. **Anistia Penal: Problemas de Validade da Lei de Anistia Brasileira (Lei 6.683/79).** Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares.** Revista Brasileira de Educação v. 21n. 64 jan.-mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782016000100209&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 30 de novembro de 2017.

STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>> Acesso em 30 de novembro de 2017.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Site da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.
TORELLY, Marcelo D; ABRÃO, Paulo; PAYNE Leigh A. (Orgs.). Brasil: Ministério da Justiça. **A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada.** Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

United States Institute of Peace. Truth Commission: El Salvador. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/1992/07/truth-commission-el-salvador>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

United States Institute of Peace. Truth Commission: Uganda 74. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/1974/06/truth-commission-uganda-74>> Acesso em 25 de maio de 2017.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. **Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200005>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

POLITI, M. **Cartilha: a Comissão da Verdade no Brasil, por quê? O que é? Como devemos fazer?** São Paulo: Núcleo de Preservação da Memória Política, 2009. São Paulo. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/cartilha.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença no caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil (exceções preliminares, mérito, reparações e custas).** Decisão de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/sentencas-da-corte-interamericana/sentenca-araguaia-24.11.10-1>>. Acesso em 28 de Novembro de 2017.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Andersson dos Santos Fonseca, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “COMISSÕES NACIONAIS DA VERDADE: um estudo comparativo dos casos argentino e brasileiro (1983 – 2014)”, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 11 de dezembro de 2017

Andersson dos Santos Fonseca